

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : J ESP

CLASS. : 364

DATA : 10 09 87

PG. : 6

# Fiúza condena atuação do Cimi

## BRASÍLIA AGÊNCIA ESTADO

O vice-presidente da CPI que investiga as denúncias contra a atuação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) na região amazônica, deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), disse ontem que, não obstante ser católico e respeitar o papel da Igreja no Brasil, considera "gravíssimo" o quadro descrito nas reportagens do Estado. "Não posso admitir", frisou o parlamentar, "que os índios brasileiros, tão carentes de compreensão e de uma vida digna, sejam usados como bandeira para atender a interesses espúrios e alienígenas, comprometedores da soberania nacional".

Quanto às críticas do Cimi ao projeto Calha Norte, o vice-presidente da CPI disse que a sua implantação possibilitaria à Funai prestar melhor atendimento às populações indígenas da região, com mais de 35 postos sendo beneficiados. Ele lembrou que os recursos destinados ao projeto são modestos; quando analisada a sua importância — pouco mais de Cz\$ 1 bilhão para aplicação em cinco anos. Ricardo Fiúza é de opinião que "as críticas ao projeto Calha Norte só fazem sentido se partidas de pessoas interessadas em manter vulnerável nossa soberania naquela região". Além desse aspecto, o deputado lembrou que existem "problemas sérios ligados ao narcotráfico e à ação de guerrilheiros em países vizinhos, próximo de nossas fronteiras", compondo um quadro francamente favorável, em seu entender, à consolidação da Calha Norte.

## RESPEITO ÀS LEIS

Ricardo Fiúza criticou o não-cumprimento da política oficial brasileira com relação aos indígenas, baseada no Estatuto do Índio (Lei 6.001, de 1973), que tem como objetivo principal a integração harmoniosa das comunidades indígenas à sociedade brasileira, enquanto o Cimi, ao contrário, defende o isolamento das comunidades indígenas segundo suas etnias e assume atitude crítica à política governamental. "As leis existem para serem cumpridas. Caso contrário, feche-se o Congresso e suprima-se a Constituição", destacou o deputado de Pernambuco, para quem os "estrangeiros que integram os quadros do Cimi, e são muitos, deveriam ser os primeiros a respeitar nossas leis como condição básica para aqui viverem". Segundo o parlamentar, o isolacionismo das etnias é utópico, porque "mais de 95% dos índios encontram-se em processo de integração".

Para Ricardo Fiúza, não é possível compactuar com teorias alienígenas que venham a colocar em risco a unidade do País e levem ao fracionamento de seu povo.

Advertindo que a teoria da "Amazônia pulmão do mundo" caiu por terra ao se provar, cientificamente, que o oxigênio gerado na região é por ela consumido, Ricardo Fiúza afirmou que o desenvolvimento correto da região, respeitado o sensível macrossistema ecológico, certamente produzirá os recursos necessários para o Brasil resolver os seus problemas sociais e compromissos externos. E mais: "A consciência que o mundo tem destas realidades, sobretudo os países desenvolvidos do chamado 'primeiro mundo', leva à retórica da 'Amazônia patrimônio da Humanidade', quando, em realidade, é patrimônio do Brasil e dos brasileiros".

Na opinião do parlamentar, "é extremamente cômodo para os países ricos, ao sentirem exauridas suas riquezas naturais, eleger uma região, científica e economicamente atraente, e defender a tese de sua internacionalização. A estratégia dos inimigos do Brasil é velada", insistiu o deputado: "Defende-se a intocabilidade da Amazônia sob o pretexto de que não somos suficientemente competentes para promovermos o seu desenvolvimento. É fácil constatar que a criação de extensas áreas indígenas é um caminho simples para implementar estes propósitos, sobretudo quando se atribui ao índio a posse do subsolo", salientou.

Ricardo Fiúza sustentou que com uma população de 200 mil indígenas em diversos estágios de aculturação, em áreas que abrangem cerca de 14% do território nacional, não se concebe que deixe de haver um clima harmonioso para a integração do índio à comunhão nacional. Quanto ao problema do bem-estar do índio e à questão de suas carências, o deputado destacou que, em média, sua situação não é de menor carência que o quadro social brasileiro em seu conjunto, onde 10 milhões de trabalhadores sobrevivem com menos de meio salário mínimo e os menores abandonados somam sete milhões de indivíduos.

O vice-presidente da CPI que investiga as atividades do Cimi a partir das denúncias publicadas por O Estado lembrou, ainda, que a expansão das fronteiras econômicas tornou o quadro fundiário mais complexo, na região amazônica, mas insistiu que o direito de propriedade, no Brasil, é tão sagrado quanto o direito dos indígenas.